



Nota de Abertura

Educação Inclusiva em análise pela OCDE

Uma medida de política educativa, para além de todo o processo de implementação, deve ser monitorizada e avaliada para que se possa rever a visão estratégica, o desenvolvimento e adequação ao sistema de ensino e, ao mesmo tempo, medir o impacto para as nossas escolas e para os nossos alunos.

O Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho, na sua redação atual, que estabelece o regime jurídico da educação inclusiva, não é exceção e determina “A cada cinco anos, o membro do Governo da área da educação promove uma avaliação da aplicação do presente decreto-lei com vista à melhoria contínua da educação inclusiva. (...) o Ministério da Educação promove a avaliação da implementação do presente decreto-lei no prazo de dois anos após a sua entrada em vigor.”

Deste modo, foi levado a cabo uma avaliação das políticas de inclusão em Portugal, realizada externamente pela OCDE, e recentemente publicada e disponível para consulta *online*, ainda apenas na versão inglesa: “[Review of Inclusive Education in Portugal](#)”.

A equipa de projeto da OCDE centrou a sua análise no ano de 2021, ano em que realizou reuniões com os atores envolvidos na implementação do Decreto-Lei já referido e visitou escolas em Portugal Continental.

Os dados estatísticos mais recentes, apresentados no relatório, reportam ao ano letivo de 2019/2020, mas alguma da informação estatística considerada tem por referência anos letivos anteriores.

Segundo a OCDE, o sistema educativo português tem alcançado melhorias históricas no acesso e nos resultados ao longo dos últimos 25 anos. Quase todas as crianças em idade escolar frequentam a escolaridade obrigatória que, desde 2009, se prolonga até aos 18 anos de idade.

Durante este período, Portugal também apresentou uma melhoria significativa no desempenho geral dos alunos. É um dos poucos países com uma trajetória positiva de melhoria em todas as disciplinas: leitura, matemática e ciências, avaliadas pelo Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA) da OCDE. Por último, a taxa de abandono escolar precoce diminuiu significativamente em Portugal, apesar de grandes variações entre regiões.

Apesar destes resultados expressivos mencionados pela OCDE, Portugal enfrenta ainda alguns desafios para alcançar um sistema educativo inclusivo. Persistem diferenças importantes nos resultados de aprendizagem e bem-estar dos alunos de grupos desfavorecidos e/ou de contextos diversos, de famílias com baixos rendimentos, de famílias imigrantes e de etnia cigana.

A equipa de análise da OCDE identificou três áreas prioritárias para melhorar a inclusão no sistema educativo em Portugal, com uma prioridade adicional para fortalecer a monitorização e a avaliação da educação inclusiva em todos os domínios. O relatório produzido apresenta os principais pontos fortes e desafios em cada uma das áreas de análise e faz recomendações detalhadas sobre políticas a curto e longo prazo.

Destacam-se as principais recomendações:

- Melhorar a governança da educação inclusiva através do fortalecimento de sinergias e mecanismos de responsabilização entre os diferentes níveis do sistema educativo.
- Apoiar as estratégias de colaboração para alargar o nível de compreensão da educação inclusiva.
- Melhorar a gestão dos recursos para a educação inclusiva e continuar os esforços para construir um sistema de financiamento coerente que apoie a equidade e a inclusão.
- Reforçar o sistema de monitorização e avaliação da educação inclusiva em todo o sistema.
- Identificar e desenvolver boas práticas para promover a colaboração e a capacitação na resposta a todas as dimensões da diversidade.
- Expandir as oportunidades de formação profissional contínua para professores a fim de apoiar a diversidade e a inclusão e introduzir um programa de formação profissional focado na promoção de práticas inclusivas em sala de aula.
- Introduzir a abordagem multicultural nos cursos de formação inicial de professores, tendo em atenção a diversidade, equidade e inclusão.
- Melhorar o recrutamento, manutenção e atratividade da profissão docente para fortalecer a educação inclusiva.
- Promover o recrutamento de professores de diversas origens étnicas, culturais e linguísticas.
- Formular orientações claras sobre o uso de recursos de apoio nas escolas e comunidades.
- Garantir a existência de uma estrutura coordenada de apoio local às escolas e agrupamentos escolares na promoção da equidade e inclusão.
- Fortalecer as estratégias de monitorização e avaliação das práticas de educação inclusiva, a nível local e escolar.

A Direção-Geral da Educação, em articulação com outras entidades do Ministério da Educação, nomeadamente a Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares e a Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, encontra-se já a desenvolver um projeto de intervenção que promova e aprofunde a capacitação das equipas das comunidades educativas e as apoie na produção das melhores respostas à promoção do sucesso educativo de todas as crianças e jovens.